autuado por cintiacarrer em 02/09/2026 15:17:56.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 675/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal;

Código Civil;

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências;

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências;

Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências;

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Lei Federal nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

Lei Federal nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, que autoriza e disciplina a prática da telessaúde em todo o território nacional;

Matéria DSP 13496/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 02/09/2026 e juntado ao PL 675/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=760842.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Lei Federal nº 14.878, de 4 de junho de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social);

Portaria MS nº 648, de 28 de março de 2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Portaria MS nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Portaria MS nº 154, de 24 de janeiro de 2018, que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF;

Resolução CFP nº 11, de 11 de maio de 2018, que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012.

Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado de São Paulo;

Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, que consolida a legislação relativa ao idoso;

Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo;

Lei Estadual nº 13.025, de 21 de maio de 2008, que institui o “Dia Estadual do Portador do Mal de Alzheimer”.

Lei Municipal nº 13.834, de 27 de maio de 2004, que institui a Política Municipal do Idoso e dá outras providências;

Lei nº 14.061, de 14 de outubro de 2005 – Dispõe sobre a instituição da Semana Municipal para Avaliação Postural e Educativa sobre a Doença de Alzheimer, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010;

Lei Municipal nº 15.447, de 26 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Programa Hospital Domiciliar de Atendimento e Internação Domiciliar no Município de São Paulo e dá outras providências;

Matéria DSP 13496/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 02/09/2026 e juntado ao PL 675/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=760842.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Lei Municipal nº 17.237, de 14 de novembro de 2019, que cria o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de Promoção do Direito ao acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes e dá outras providências;

Lei Municipal nº 17.547, de 12 de janeiro de 2021, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências e aos seus familiares e dá outras providências;

Lei Municipal nº 17.713, de 9 de novembro de 2021, que institui a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito municipal e dá outras providências;

Lei Municipal nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que define a prática da telemedicina no Município de São Paulo e dá outras providências;

Lei nº 17.547, de 12 de janeiro de 2021 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências e aos seus familiares, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.385, de 7 de janeiro de 2026, que dispõe sobre o Programa dos Cuidadores Públicos, pessoas residentes nas áreas periféricas da Capital, capacitadas e remuneradas pelo Poder Público, para cuidar de idosos também residentes na periferia da Cidade;

Portaria da Secretaria Municipal da Saúde nº 267/2023, que regulamenta as práticas de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo e revoga a Portaria SMS nº 340/2020.

PL nº 1542/2025 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, a Campanha Permanente de Orientação, Prevenção, Conscientização e Cuidados Relacionados à Síndrome do Cuidador, e dá outras providências.

PL nº 1160/2025 – Institui o Programa “Vila Paulistana do Acolhimento”, que estabelece diretrizes para a implantação de um modelo residencial inovador para pessoas idosas com demência.

PL nº 996/2025 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial do Município de São Paulo o “Mês do Fevereiro Laranja e Roxo”, a ser comemorado anualmente no mês de fevereiro.

PL nº 835/2025 – Altera o inciso VI do artigo 2º da Lei nº 17.547, de 12 de janeiro de 2021, que institui o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras demências e aos seus familiares.

PL nº 425/2025 – Dispõe sobre a criação de uma ferramenta de cadastro e banco de dados para inclusão de pessoas com Alzheimer ou outras doenças mentais que causem perda de memória no Programa Smart Sampa, com o objetivo de facilitar a localização de pessoas perdidas.

Matéria DSP 13496/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 02/09/2026 e juntado ao PL 675/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=760842.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PL nº 763/2023 – Autoriza o Executivo a instituir o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer no âmbito do Município de São Paulo.

PL nº 651/2023 – Cria a Política Municipal de Uso de Cannabis para Fins Medicinais, dispondo sobre a distribuição de medicamentos à base de Canabidiol (CBD) e Tetrahidrocanabinol (THC) no Município de São Paulo.

PL nº 165/2018 – Institui o Serviço de Transporte Individual de Passageiros Privado Urbano para Tratamento de Saúde no Município de São Paulo.

PL nº 641/2017 – Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de IPTU aos portadores de doenças graves, incapacitantes e aos doentes em estágio terminal.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 02 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.0680

Matéria DSP 13496/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 02/09/2026 e juntado ao PL 675/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=760842.